
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

LEI Nº 6.612, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2003.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2004 e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º. A presente Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Estado do Pará para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

I – os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, abrangendo os Poderes do Estado, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas estatais dependentes, e

II – o Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

TÍTULO II DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º. A Receita Orçamentária total é estimada no valor de R\$5.215.844.113,00 (cinco bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil cento e treze reais), desdobrada em:

I – R\$4.699.660.345,00 (quatro bilhões, ~~seiscentos e~~ noventa e nove milhões, seiscentos e sessenta mil trezentos e quarenta cinco reais) oriundos do Orçamento Fiscal; e

II – R\$516.183.768,00 (quinhentos e dezesseis milhões, cento e oitenta e três mil setecentos e sessenta e oito reais) oriundos do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 3º. As receitas decorrentes da arrecadação de tributos, contribuições e de outras receitas correntes e de capital estão estimadas no Quadro I anexo a esta Lei, em conformidade com o desdobramento estabelecido nos arts. 6º e 7º da Lei nº 6.568, de 6 de agosto de 2003.

CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º. A Despesa Orçamentária total, no mesmo valor da Receita Orçamentária, é fixada em R\$5.215.844.113,00 (cinco bilhões, duzentos e quinze milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil cento e treze reais), apresentando a seguinte composição:

I – R\$3.773.333.149,00 (três bilhões, setecentos e setenta e três milhões, trezentos e trinta e três mil cento e quarenta e nove reais) do Orçamento Fiscal, excluídas as despesas de que trata o § 1º deste artigo; e

II – R\$1.442.510.964,00 (um bilhão, quatrocentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e dez mil novecentos e sessenta e quatro reais) do Orçamento da Seguridade Social.

§ 1º Do montante fixado no inciso II deste artigo, a parcela de R\$926.327.196,00 (novecentos e vinte e seis milhões, trezentos e vinte e sete mil cento e noventa e seis reais) será custeada com recursos do Orçamento Fiscal.

§ 2º O detalhamento da despesa, na forma definida pela Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, atualizada pela Portaria nº 519, de 27 de novembro de 2001, está discriminado no Quadro II anexo a esta Lei.

Art. 5º. A despesa fixada, detalhando a programação dos órgãos em projetos, atividades e operações especiais, é apresentada no volume anexo, que passa a ser parte integrante desta Lei, observado o disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 6.568, de 2003.

CAPÍTULO III DA AUTORIZAÇÃO PARA ATUALIZAÇÃO E ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES

Art. 6º. Fica o Poder Executivo autorizado, conforme o disposto no art. 64 da Lei nº 6.568, de 2003, a abrir créditos suplementares:

I – no valor do seu excesso de arrecadação, às dotações referentes a:

- a) transferências constitucionais aos Municípios;
- b) contribuição para o Programa de Formação do Patrimônio do Serviço Público;
- c) recursos provenientes de convênios firmados pelos órgãos da administração direta e indireta e suas aplicações financeiras;
- d) recursos provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS e de sua aplicação financeira;
- e) recursos provenientes do Salário-Educação – SE e de sua aplicação financeira;
- f) recursos dos Fundos Estaduais;
- g) variação monetária ou cambial das operações de crédito previstas nesta Lei, desde que para alocação no mesmo projeto em que os recursos dessa fonte tenham sido originalmente programados;
- h) receitas resultantes de impostos vinculados à educação e à saúde; e
- i) recursos provenientes do programa RECOMEÇO – Educação de Jovens e Adultos;

II – com a finalidade de atender à insuficiência nas dotações orçamentárias, até vinte e cinco por cento da despesas fixada nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, mediante a utilização de recursos provenientes:

- a) de transposição, remanejamento ou transferência, parcial ou total, de recursos:
 - 1 – entre órgãos;
 - 2 – de uma categoria de programação para outra; e
 - 3 – da reserva de contingência;
- b) do excesso de arrecadação da receita do Tesouro Estadual e das receitas diretamente arrecadadas pelos órgãos da administração indireta; e
- c) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 43, § 2º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III – com o objetivo de atender ao pagamento de despesas com Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de dotações consignadas no mesmo

grupo de despesa, desde que seja mantido o valor total aprovado para esse grupo, no âmbito de cada Poder;

IV – mediante a utilização de recursos provenientes:

a) do remanejamento, parcial ou total, de recursos entre grupos de despesa, no âmbito do mesmo projeto ou atividade;

b) da incorporação de superávit financeiro, inclusive dos fundos, das autarquias, das fundações, das empresas públicas e das sociedades de economia mista integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, nos termos do art. 42, § 2º, da Lei nº 4.320, de 1964, para atender as mesmas ações em execução em 2003, observados os saldos orçamentários dos respectivos projetos ou atividades, grupos de despesa e fonte de financiamento aprovados no exercício anterior;

V – à conta de recursos provenientes de operações de crédito como fonte específica de recursos para projetos ou atividades, nos seguintes casos:

a) operações realizadas no segundo semestre de 2003, com cronograma de recebimento que contemple o exercício de 2004;

b) operações realizadas no exercício de 2004;

c) antecipação de cronograma de recebimento;

d) saldo de operações de crédito.

Art. 7º. Fica vedada a transposição, o remanejamento ou a transferência, parcial ou total, de recursos dos projetos/atividades constantes dos Programas Finalísticos, Serviço ao estado e de Gestão Pública para as atividades dos Programas de Apoio Administrativo.

Parágrafo único. Excetuam-se da vedação de remanejamento de que trata este artigo aqueles recursos destinados a suplementar as despesas constantes da atividade Operacionalização das Ações de Recursos Humanos do programa de Apoio Administrativo e as atividades caracterizadas como Operações Especiais.

Art. 8º. Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2003, a serem reabertos na forma do art. 167, § 2º, da Constituição Federal e do art. 206, § 2º, da Constituição do Estado do Pará, serão reclassificados de acordo com a classificação adotada na presente Lei.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – proceder ao remanejamento, total ou parcial, das dotações orçamentárias consignadas a órgãos em extinção, dissolução, tercerização ou privatização para os órgãos, unidades ou entidades da administração pública estadual direta ou indireta;

II – realocar, na sua origem, as fontes de recursos destinados à contrapartida estadual, quando os convênios não se concretizarem; e

III – redefinir como contrapartida estadual os recursos anteriormente classificados como ordinários do tesouro, quando os convênios celebrados assim exigirem.

TÍTULO III DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 10. As fontes das receitas do orçamento de Investimento das Empresas, estimadas em R\$52.802.500,00 (cinquenta e dois milhões, oitocentos e dois mil e quinhentos reais), decorrerão da transferência de recursos do Tesouro do Estado e da geração de recursos próprios, conforme a seguinte classificação:

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO

VALOR

1. Tesouro	43.200.000,00
2. Recursos Próprios	9.602.500,00
TOTAL	52.802.500,00

Art. 11. A Despesa fixada à conta do Orçamento de Investimento das Empresas, por entidade, obedecerá ao disposto no art. 11, § 2º, da Lei nº 6.568, de 2003.

Parágrafo único. As empresas cuja programação conste integralmente dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social não integrarão o Orçamento de que trata este Capítulo.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos suplementares com a finalidade de atender à insuficiência nas dotações orçamentárias, até vinte e cinco por cento da despesa fixada no Orçamento de Investimento das Empresas, mediante:

- a) geração adicional de recursos próprios; e
- b) anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias;

II – abrir créditos suplementares mediante a utilização do saldo dos recursos transferidos pelo Tesouro Estadual em exercícios anteriores e não utilizados pela correspondente empresa, para atender às mesmas ações em execução, aprovadas naqueles exercícios;

III – realizar as correspondentes alterações no Orçamento de Investimento, quando a abertura de créditos suplementares ou especiais nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social estiver relacionada com empresas estatais previstas nesta Lei; e

IV – abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de convênios e operações de crédito, no limite do respectivo excesso de arrecadação.

Art. 13. Os créditos especiais e extraordinários autorizados no exercício financeiro de 2003, a serem reabertos na forma do art. 167, § 2º, da Constituição Federal, serão reclassificados de acordo com a classificação adotada na presente Lei.

TÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a efetivar o repasse financeiro às Organizações Sociais com as quais celebrar contratos de gestão.

Parágrafo único. O repasse financeiro de que trata o presente artigo será viabilizado por intermédio de órgãos da administração direta com funções diretamente vinculadas aos objetivos do contrato de gestão e que sejam signatários deste.

Art. 15. As dotações orçamentárias relativas ao programa de trabalho da Secretaria Executiva de estado de Saúde Pública, dos centros regionais de saúde e dos hospitais estão consignadas, integralmente, no Fundo Estadual de Saúde – FES.

§ 1º A execução orçamentária da programação referida no *caput* deste artigo será operacionalizada mediante a descentralização das dotações orçamentárias, efetuada através de destaque de crédito do Fundo Estadual de Saúde às unidades executoras.

§ 2º As unidades executoras referidas no parágrafo anterior são:

- I – Secretaria Executiva de Estado de Saúde Pública;
- II – Centro Regional de Saúde – Marabá;
- III – Centro Regional de Saúde – Santarém;
- IV – Centro Regional de Saúde – Castanhal;
- V - Centro Regional de Saúde – Belém;
- VI - Centro Regional de Saúde – Conceição do Araguaia;

VII - Centro Regional de Saúde – Santa Izabel do Pará;
VIII - Centro Regional de Saúde – Capanema;
IX - Centro Regional de Saúde – Altamira;
X - Centro Regional de Saúde – Barcarena;
XI - Centro Regional de Saúde – Breves;
XII - Centro Regional de Saúde – Cametá
XIII - Centro Regional de Saúde – Região das Ilhas;
XIV - Centro Regional de Saúde – São Miguel do Guamá;
XV – Hospital Abelardo Santos;
XVI – Hospital Regional de Cametá – PA;
XVII – Hospital Regional de Conceição do Araguaia – PA;
XVIII – Hospital Regional de Salinópolis – PA;
XIX – Hospital Regional de Tucuruí – PA;
XX – Laboratório Central.

Art. 16. Fica os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e os órgãos constitucionais independentes autorizados a redimensionar, por ato próprio:

I – a modalidade de aplicação, desde que não altere os grupos de natureza da despesa;

II – a quantificação física dos produtos para atender aos objetivos e diretrizes do Governo.

Art. 17. Fica o Poder Judiciário autorizado, se necessário, a descentralizar dotações orçamentárias à Escola Superior de Magistratura do Estado do Pará, para que esta, como unidade executora, implemente sua programação.

Art. 18 – São publicados como anexos desta Lei:

I – os quadros orçamentários consolidados, na conformidade do disposto no art. 11, inciso II, § 1º, da Lei nº 6.568, de 2003;

II – os quadros do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa, consoante o disposto no art. 11, inciso III, da Lei nº 6.568, de 2003;

III – os demonstrativos do Orçamento de Investimento das Empresas, conforme o disposto no art. 11, § 2º, da Lei nº 6.568, de 2003; e

IV – o demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais, em atendimento ao art. 11, inciso V, da Lei nº 6.568, de 2003.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor no exercício de 2004, a partir de 1º de janeiro.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, 30 de dezembro de 2003.

SIMÃO JATENE

Governador do Estado

TERESA LUSIA MÁRTIRES COELHO CATIVO ROSA

Secretária Especial de Estado de Gestão

PAULO FERNANDO MACHADO

Secretário Executivo de Estado da Fazenda

MARILÉA FERREIRA SANCHES

Secretária Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

DOE Nº 30.102, de 31.12.2003.

* Os Anexos de que trata esta Lei em seu art. 18, não foram reproduzidos neste programa.